

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/42328	55669/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DPO-DRUH [DIREITOS PREFERÊNCIA]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**Processo:** 44117/2025**Registo de entrada:** 2025-E-RC-29122**Entidade:** Autoridade Tributária e Aduaneira | Direção de Finanças de Braga**Assunto:** Venda em execução fiscal 0361.2025.28 | Exercício do Direito Legal de Preferência**Local:** Rua de São José n.º22, Braga (São Vitor)**Técnico responsável pela apreciação da notificação:** Ilídio Sousa

### 1. Caraterização do assunto

Através da notificação em assunto, registada em 17/10/2025, a Autoridade Tributária e Aduaneira, notificou o Município, nos termos do n.º2 do artigo 295.º, da Lei n.º45-A/2024, de 31 de dezembro (LOE 2025), da proposta do projeto de venda na modalidade de leilão eletrónica, do prédio urbano, sito na freguesia de Braga S Vitor, concelho de Braga, inscrito na matriz predial sob o artigo U-2649 - fração F, penhorado no processo de execução fiscal supra referido, sobre o qual poderá, no prazo de 30 dias úteis, querendo, exercer o direito de preferência, relativamente ao projeto de venda, com os seguintes elementos:

Identificação do imóvel: Fração autónoma, sita na Rua de S José n.º 22 Braga (S Vitor), **destinada a comércio**, com 118,5800 m2 de área bruta privativa e 26,5000 m2 de área bruta dependente.

O imóvel encontra-se arrendado pelo montante de € 375,00 mensais.

Tem o valor patrimonial tributável de € 77.591,94.

Valor base de venda: € 54.314,36; Direito vendido: Propriedade plena;

### 2. Análise

Não obstante já decorrido o prazo de resposta, quanto aos objetivos estratégicos definidos na Estratégia Local de Habitação, entende-se que o imóvel, por não se tratar de habitação, não se enquadra nas necessidades atuais do município.

### 3. Proposta

Face ao exposto propõe-se não exercer o direito de preferência.

Ilídio Francisco Taveira de Azevedo e Sousa

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

